

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho: No exercício de 2023 a CCVM apresentou um lucro de R\$ 255.238, correspondente a R\$ 33,80 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 268.212. Em 31 de dezembro de 2023 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 232,59, um aumento de 17,03% em relação ao período anterior.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por cinco membros.

São Paulo, 27 de março de 2024

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	Nota	Dezembro	Dezembro	Passivo	Nota	Dezembro	Dezembro
		2023	2022			2023	2022
Circulante		3.079.358	2.122.649	Circulante		1.327.697	1.341.640
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.499.244	1.212.620	Negociação e intermediação de valores.....	8	1.164.892	1.216.022
Disponibilidades.....		1.238	943	Obrigações fiscais correntes.....	10a	144.493	103.920
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....		1.498.006	1.211.677	Outros passivos.....	9	18.312	21.698
Instrumentos financeiros		841.512	30.661	Não circulante		11.632	10.821
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	5	806.709	-	Obrigações fiscais diferidas.....	10b	278	241
Títulos e valores mobiliários.....	6	34.803	30.661	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais.....	12	397	170
Negociação e intermediação de valores	8	736.162	877.632	Outros passivos.....	9	10.957	10.410
Ativos fiscais correntes		299	334	Patrimônio líquido	14	1.756.405	1.500.859
Outros ativos	9	2.141	1.402	Capital social.....		1.065.450	729.750
Não circulante		16.376	730.671	Aumento de capital.....		-	65.450
Realizável a longo prazo		12.910	726.905	Reservas de capital.....		2.494	2.186
Instrumentos financeiros		-	713.567	Reservas de lucros.....		688.461	703.473
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	5	-	713.567				
Ativos fiscais diferidos	10b	10.692	11.174				
Outros ativos	9	2.218	2.164				
Imobilizado		3.466	3.766				
Imóveis e outras imobilizações de uso.....	11	8.024	7.961				
(-) Depreciações acumuladas.....		(4.558)	(4.195)				
Total do ativo		3.095.734	2.853.320	Total do passivo e patrimônio líquido		3.095.734	2.853.320

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2021		729.750	-	561	1.625	69.764	442.497	-	1.244.197
Aumento de capital.....	14	-	65.450	-	-	-	-	-	65.450
Total do resultado abrangente do período.....		-	-	-	-	-	-	268.212	268.212
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	-	-	268.212	268.212
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal.....	14	-	-	-	-	13.411	-	(13.411)	-
Reserva estatutária.....	14	-	-	-	-	-	177.801	(177.801)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 10,20 por ação).....	14	-	-	-	-	-	-	(77.000)	(77.000)
Em 31 de dezembro de 2022		729.750	65.450	561	1.625	83.175	620.298	-	1.500.859
Aumento de capital.....	14	335.700	(65.450)	-	-	-	(270.250)	-	-
Pagamento baseado em ações.....	15b	-	-	308	-	-	-	-	308
Total do resultado abrangente do período.....		-	-	-	-	-	-	255.238	255.238
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	-	-	255.238	255.238
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal.....	14	-	-	-	-	12.762	-	(12.762)	-
Reserva estatutária.....	14	-	-	-	-	-	242.476	(242.476)	-
Em 31 de dezembro de 2023		1.065.450	-	869	1.625	95.937	592.524	-	1.756.405
Em 30 de junho de 2023		1.065.450	-	561	1.625	89.723	350.048	-	1.631.821
Pagamento baseado em ações.....	15b	-	-	308	-	-	-	-	308
Total do resultado abrangente do período.....		-	-	-	-	-	-	124.276	124.276
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	-	-	124.276	124.276
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal.....	14	-	-	-	-	6.214	-	(6.214)	-
Reserva estatutária.....	14	-	-	-	-	-	242.476	(242.476)	-
Em 31 de dezembro de 2023		1.065.450	-	869	1.625	95.937	592.524	-	1.756.405

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Podem ser realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento previstos pela Resolução nº 4.277 do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(d) Imobilizado: Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual.

(e) Passivos circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais: Os passivos contingentes e obrigações legais decorrem de processos judiciais, legais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, podendo ser ações de natureza tributária, trabalhista, cível e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Os processos cujos riscos de perda jurídica sejam classificados como possível, são divulgados em nota explicativa, porém conforme norma vigente não é requerido provisionamento. Os processos classificados como remoto, não requerem provisão nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

(g) Imposto de renda e contribuição social: A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15%. Para o período de agosto até dezembro de 2022, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 16%, conforme MP 1.115/22 e Lei nº 14.446/22. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2023: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários.

(h) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.

(i) Unidade de ações restritas: Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.

(j) Dividendos e juros sobre capital próprio: Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.872, os juros sobre capital próprio e os dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que configurem obrigação presente na data do balanço e, registrados em conta específica no patrimônio líquido.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Disponibilidades.....	1.238	943
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada.....	1.498.006	1.211.677
Total	1.499.244	1.212.620

5. Aplicações em depósitos interfinanceiros: São praticadas por aplicações com prazo original de vencimento inferior a 1 ano em 2023 e superior a 1 ano em 2022:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	806.709	713.567
Total	806.709	713.567

6. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado de 2023	Valor de mercado de 2022
Títulos para negociação				
Vinculados à prestação de garantias.....	34.738	65	34.803	30.661
LTN.....	11.869	65	11.934	10.505
Cotas de fundo de investimento.....	22.869	-	22.869	20.156
Total da carteira de TVM	34.738	65	34.803	30.661

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Vencimento	Sem	De 03 a	De 1 a	Total
		12 meses	12 meses	3 anos	
Vinculados à prestação de garantias					
		22.869	11.934	-	34.803
Total da carteira – dezembro de 2023 ...		22.869	11.934	-	34.803
Total da carteira – dezembro de 2022 ...		20.156	-	10.505	30.661

7. Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

8. Negociação e intermediação de valores

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação.....	318.813	-	-	536.930
Devedores/credores - conta liquidação pendentes.....	417.349	1.153.893	877.632	664.350
Outras obrigações por negociação e intermediação.....	-	10.999	-	14.742
Total	736.162	1.164.892	877.632	1.216.022

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondente às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores de clientes incluindo saldos a receber/pagar correspondentes a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros de clientes. Parte dos saldos disponíveis de clientes é oriundo do custodiante global, JP Morgan Securities PLC, que é uma empresa coligada.

9. Outros ativos e outros passivos: Outros ativos estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e trabalhistas no valor de R\$ 2.218 (dezembro de 2022 – R\$ 2.164), a adiantamentos e antecipações no valor de R\$ 815 (dezembro de 2022 – R\$ 345) e a rendas a receber no valor de R\$ 186 (dezembro de 2022 – R\$ 326). Outros passivos referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 27.608 (dezembro de 2022 – R\$ 29.084) e para despesas administrativas no valor de R\$ 1.016 (dezembro de 2022 – R\$ 1.141).

10. Imposto de renda e contribuição social

a. Obrigações fiscais correntes: Referem-se à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R\$ 140.680 (dezembro de 2022 – R\$ 100.227) e impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 3.813 (dezembro de 2022 – R\$ 3.693).

b. Ativos e obrigações fiscais diferidos: A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias	10.692	11.174
Contingências.....	159	68
Provisão de honorários advocatícios.....	394	446
Provisão para participação nos lucros.....	6.237	6.433
Unidade de ações restritas – RSU.....	3.882	4.196
Outros.....	20	31
Créditos tributários – ativo	10.692	11.174
Obrigações fiscais diferidos – passivo	278	241

No período foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 4.965 (dezembro de 2022 – R\$ 7.289), tendo sido realizado R\$ 5.447 (dezembro de 2022 – R\$ 8.406). Foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 37 (dezembro de 2022 – 11), não tendo realizações em 2023 (dezembro de 2022 – 428). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 10.692 (dezembro de 2022 – R\$ 11.174) é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
59%	9%	18%	9%	0%	1%	1%	1%	1%	1%

Com base na Resolução 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN, os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 8.898 (dezembro de 2022 – R\$ 8.791). A Corretora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 2023 e 2022.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	Julho-Dezembro	Janeiro-Dezembro	Janeiro-Dezembro
		2023	2023	2022
Receitas da intermediação financeira		136.714	275.727	202.552
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....		136.714	275.727	202.552
Resultado bruto de intermediação financeira		136.714	275.727	202.552
Outras receitas (despesas) operacionais		69.713	149.550	194.005
Recetas de prestação de serviços.....	13	127.105	264.940	303.800
Despesas de pessoal.....		(22.586)	(44.220)	(38.507)
Outras despesas administrativas.....	17a	(17.487)	(34.039)	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Benefícios

(a) **Fundo de pensão:** A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. A Instituição registrou despesa de R\$ 772 (dezembro de 2022 – R\$ 681) relacionada a contribuições para o Fundo.

(b) **Unidades de ações restritas:** Os funcionários elegíveis da Instituição participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	Dezembro de 2023	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2023	7.525	1.104
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>)...	4.539	637
Ações entregues no período (<i>vested</i>)	(2.759)	(382)
Transferência/saída de funcionários	1.746	253
Ações em circulação em 31/12/2023	11.051	1.613

	Dezembro de 2022	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2022	4.406	588
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>)...	4.151	635
Ações entregues no período (<i>vested</i>)	(1.599)	(193)
Transferência/saída de funcionários	567	74
Ações em circulação em 31/12/2022	7.525	1.104

O valor da obrigação de pagamento registrada no passivo em 31 de dezembro de 2023, incluindo encargos sociais, é de R\$ 9.315 (dezembro de 2022 – R\$ 10.110). Em virtude desse programa a despesa registrada é de R\$ 6.347 (dezembro de 2022 – R\$ 3.468), incluindo os encargos sociais.

16. Transações com partes relacionadas

(Grupo J.P. Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Corretora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO. controladora do Grupo financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

	Ativos/ (Passivos)		Receitas/ (Despesas)	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Disponibilidades	1.238	943	-	-
Banco J.P. Morgan S.A.....	1.238	943	-	-
Aplicações em operações compromissadas	1.498.006	1.211.677	178.765	133.609
Banco J.P. Morgan S.A.....	1.498.006	1.211.677	178.765	133.609
Aplicações em depósitos interfinanceiros	806.709	713.567	93.142	66.641
Banco J.P. Morgan S.A.....	806.709	713.567	93.142	66.641

	Ativos/ (Passivos)		Receitas/ (Despesas)	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Negociações e intermediações de valores	(365.717)	(139.942)	479	967
Banco J.P. Morgan S.A.....	60.019	190.514	479	967
JP Morgan Securities PLC	(425.736)	(330.456)	-	-
Outros valores a receber/(pagar) ..	(118)	(1.400)	(13.756)	(14.412)
Banco J.P. Morgan S.A.....	(118)	(1.400)	(13.756)	(14.412)
Despesas de pessoal	(6.779)	(7.662)	(3.330)	(2.758)
JPMorgan Chase & CO.....	(6.779)	(7.662)	(3.330)	(2.758)

A Corretora verificou que para os períodos apresentados não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

17. Outras informações

(a) "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 15.430 (dezembro de 2022 – R\$ 14.597), despesas com serviços de terceiros no valor de R\$ 6.065 (dezembro de 2022 – R\$ 7.524) e despesas com comunicações no valor de R\$ 5.912 (dezembro de 2022 – R\$ 3.607).

(b) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Corretora não registrou resultados não recorrentes conforme definido pela Resolução nº 2 do BACEN. A definição dos saldos de resultados não recorrentes segue os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior
Daniel Darahem de Souza Coelho
Decio Ramos Porchat de Assis
Eliza Harumi Ogawa
Fabio Jorge Resegue

Flávia Rocha Lima de Almeida Prado
Jorge Constantino Bernardes dos Santos
Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profilli
Mariana Plass Rizzo

DIRETOR-PRESIDENTE

Daniel Darahem de Souza Coelho

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR

João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante

no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6